

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS INTER-RELACIONADOS NO MEIO URBANO

Cristina SOUSA DA SILVA¹

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins-Campus Araguaína, Av. Paraguai Qd. 56, Lt01, Bairro Cimba-Araguaína-TO, e-mail: cris.tina.s@hotmail.com

RESUMO

O referido estudo aborda a interferência do homem no equilíbrio dos elementos naturais e os reflexos desse processo no meio urbano. Trata-se de uma pesquisa teórica que objetivou discutir as relações capitalistas que impulsionam a construção do espaço urbano, a fim de estabelecer relação entre os problemas ambientais e sociais na cidade. Utilizou-se o método dialético, cujas reflexões sugerem o planejamento urbano como medida mitigadora, no intuito de contemplar o maior número possível de aspectos que compõem a complexidade conferida às questões socioambientais desse século.

Palavras-chave: paradigmas, reprodução capitalista, impactos sócio-ambientais, urbano, planejamento.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia Aplicada ao Planejamento Ambiental. E-mail: cris.tina.s@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Vivenciamos hoje, um aumento da gravidade dos problemas ambientais no mundo, fato diretamente relacionado à expansão das riquezas das nações, e o tamanho dos impasses, emerge como resultado indireto das tecnologias da informação e da comunicação. O presente artigo trata das questões que envolvem a interferência do homem no equilíbrio dos elementos naturais, a partir do desenvolvimento de técnicas que lhe foram proporcionando cada vez maiores possibilidades de alteração no meio natural. Trata ainda dos interesses envolvidos nesse processo, bem como de seu papel na construção do modelo de sociedade que conhecemos. Um modelo que tem o espaço urbano como palco privilegiado onde, sobretudo a política e a economia, orientam os agentes sociais na construção e reconstrução de paradigmas.

Trata-se de uma revisão bibliográfica, reunindo autores que abordam aspectos epistemológicos, históricos, espaciais e sociais relacionados à problemática ambiental. Objetivou-se trabalhar numa relação dialética² entre os problemas tidos como ambientais ou sociais.

2 A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

As tecnologias da informação e da comunicação, ao lado de outras tantas, que contemplam os diversos aspectos da vida moderna (saúde, alimentação, edificações etc.), são conquistas dos conhecimentos científicos acumulados ao longo de séculos. Concomitante à evolução desses conhecimentos, e não por coincidência temporal, vem despontando recentemente a crise ambiental, que é também uma crise do pensamento ocidental.

Segundo Henrique Leff (2000, p.191): “A crise ambiental é a crise de nosso tempo”. A crise de um tempo em que a sustentabilidade dos modos de produção e acumulação está se tornando insustentável. Ou ainda para Mauro Guimarães (2006, p.18): “É portanto, uma crise civilizatória”. Civilizatória porque foram os valores cultivados pela civilização ocidental, e segundo os quais ela orientou seu “desenvolvimento”, que deram origem aos desequilíbrios com os quais a sociedade convive hoje.

A Revolução Industrial é um divisor de águas na natureza e nos níveis de impactos que o homem é capaz de causar ao meio natural e a tendência crescente de concentração de riqueza no mundo conduz a uma dúvida sobre de onde se irão retirar os recursos naturais para sustentar essa proposta de sociedade. A partir daí, é necessário rever os paradigmas da sociedade moderna e seus padrões, que exercem muita força sobre nossas ações. Para analisar esses paradigmas, pensemos na visão cientificista de mundo construída por eles, gerando uma visão dualista. Segundo Mauro Guimarães (2006, p.20): “Isso propicia que nos coloquemos (nós seres humanos) na seguinte equação: A diferente de B; logo A não é B”. Substituindo A e B, respectivamente por ser humano e natureza, fica a idéia de que o que é diferente não pode fazer parte, perdendo-se a noção de que não existe um sem o outro (interdependência), e nascendo o conceito de natureza-objeto, e subsequentemente, natureza-mercadoria.

São concepções arraigadas em nosso pensar e fazer, justamente por estarem ligadas ao saber, entretanto, rompê-las ajudaria a nos situar frente ao ambientalismo como política de conhecimento e revelar o poder de reconstrução social do saber ambiental. Dessa maneira, revela-se a complexidade das questões que por vezes, têm seus sintomas tomados como causas em si. Para Leff (2000, p.196):

“Nesse sentido, apreender a complexidade ambiental implica um processo de “desconstrução” do pensado para se pensar o ainda não pensado, para se desentranhar o mais entranhável de nossos saberes para dar curso ao inédito, arriscando-se a desmanchar nossas últimas certezas e a questionar o edifício da ciência”.

² Trabalha-se com a noção de dialética, tendo como suporte as referências de GOMES (2000, p.27) que destaca: “A aceitação de um materialismo dialético supõe que o espaço tem um papel tão ativo quanto os outros elementos das esferas da produção e da reprodução social.”

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

O desejo de compreender a origem dos problemas ambientais nos remete à forma como os conhecimentos acerca do meio natural foram historicamente construídos e sistematizados. O edifício do conhecimento dito científico foi edificado e compartimentado de forma que cada andar corresponda a um ramo do conhecimento, sendo ali pensado em si mesmo. Não houve intuito de promover integração entre os diversos saberes e a tendência era exatamente contrária, fragmentando o conhecimento o quanto possível e levando a uma especialização cada vez mais intensa. As grandes preocupações da ciência moderna pautaram-se na compreensão das partes, e não do todo.

Este fato não impediu a ciência de alcançar grandes feitos, basta olhar em volta para notarmos o quanto eles têm contribuído com a sociedade. Em todos os campos há avanços notáveis (biologia, medicina, física, eletrônica etc.), e para os cientistas há sempre mais a fazer, a produzir, parecem mesmo infinitos os horizontes da ciência, tanto que em toda a sua trajetória, em momento algum ela parou para questionar a si mesma. Segundo Edgar Morin (2001, p.20): “O conhecimento científico é um conhecimento que não se conhece.” Morin observa que a ciência esteve tão envolta em suas indagações que jamais questionou cientificamente seus próprios conhecimentos. Seriam eles de fato reflexos da realidade?

Redundante, contraditória ou apenas questionadora, mas essa seria uma posição que talvez permitisse uma auto-consciência científica, inclusive sobre os agentes manipuladores do conhecimento, dentre os quais figura o Estado. Ainda segundo Morin (Idem, p.19): “Hoje, a ciência tornou-se poderosa e maciça instituição no centro da sociedade, subvencionada, alimentada, controlada pelos poderes econômicos e estatais.” Eis os maiores interessados, que impulsionam e financiam o conhecimento científico produzido em todo o mundo. Afinal, governos e grandes companhias não proporcionam pesquisas milionárias em nome apenas do conhecimento e amor à ciência. Ora, retornos em forma de cifras são mais apreciados que o próprio Nobel.

A subjugação ideológica da ciência se deu por meio da sistematização dos conhecimentos. Para Valter Caseti (1993, p.2): “Mas por outro lado, sabe-se também que, através dessa sistematização é que se legitimou a “externalização” da natureza, o que pode ser evidenciado através do princípio baconiano de “conhecer a natureza para dominá-la.” A afirmação de Caseti se torna valiosa, por dar abertura a novas críticas sobre a especialização do conhecimento feita pela ciência, entendendo que essa especialização contribui para a caracterização da natureza como objeto, legitimando ainda o direito de propriedade dos meios de produção. Trata-se de um duplo sentido, uma dicotomia que agrupando os conhecimentos segundo as Ciências Naturais e Sociais, dá vazão a uma diferenciação entre o trabalho manual e o intelectual, estando a pesquisa sempre subjugada aos interesses do sistema. Orientada por essa subjugação, a ciência se desenvolveu e ao lado da sociedade industrial, originou os problemas ambientais que já se constituem em uma questão mundial.

A fragmentação da ciência moderna funciona como um mecanismo para que ela sirva aos interesses do capital, atendendo à uma das necessidades essenciais para que ele se reproduza, que é a alienação da sociedade. Nem mesmo o cientista está livre da alienação. Alienada e dotada de uma visão compartimentada da realidade, visão promovida pelos paradigmas da ciência, a sociedade se torna mais facilmente manipulável conforme os interesses capitalistas. Não percebe a teia de relações que promovem e facilitam a manutenção das riquezas e a reprodução social, pois cada indivíduo já possui de certa forma internalizada a idéia de que, a posição que ocupa é exatamente aquela que lhe cabe e que é apto a exercer. Convencido disso, se acomoda e se constitui em mais uma engrenagem na máquina do capital.

3.1 A Revolução Industrial e o agravamento dos problemas ambientais em nível mundial

Em sua fase inicial, a Revolução Industrial não despertou interesse sobre questões ambientais. O mundo estava embebido em toda a riqueza que essa atividade promovia e fascinado pelos padrões de consumo que se consolidavam. As massas eram seduzidas e bombardeadas por uma produção que atingia volumes cada vez maiores, façanha que se tornou possível graças à modernização da indústria, reflexo direto da produção de novos conhecimentos. A respeito disso, Caseti (1993, p.2) afirma: “Portanto, se a produção do conhecimento encontra-se subjugada aos interesses do sistema capitalista, o repasse do conhecimento, que nem sempre é o produzido, também se encontra subordinado ao mesmo processo”.

É interessante refletir na expressão “repasse do conhecimento”. Ora, o ideal seria a própria sociedade produzisse os conhecimentos segundo seus interesses, entretanto, o que ocorre na verdade é uma reprodução de ideologias que implicam em alienação, e, através do ensino formal, contribuem para a manutenção da

ordem social vigente, da concentração de riquezas e do poder. Talvez por esse motivo, a Educação Ambiental tenha se resumido simplesmente ao aspecto afetivo, à sensibilização pelas questões ambientais, de modo que não ultrapassa essa etapa de comoção sobre os problemas, se materializando em atividades, muitas vezes lúdicas e que na prática não têm grandes efeitos sobre a realidade socioambiental.

Logicamente, o aspecto afetivo é válido e a emoção surge como ponto de partida na desconstrução de uma cultura individualista e na construção de um sentimento de pertencimento ao coletivo, fundamentada na razão e representada pela sociedade e pela natureza. Se o indivíduo não se sente parte do coletivo, não terá motivação para agir em favor dele, e, findará por atuar visando apenas seus interesses particulares. Eis um desafio na construção da sustentabilidade, onde os caminhos mais viáveis apontam sempre para os rumos do coletivo.

A ausência de um pensamento coletivo, ou seja, a individualização dos interesses é fruto de uma “externalização” da natureza, que “desnaturalizou” o homem. Foi assim construída a idéia do homem abstrato, ao lado do qual a natureza passou a ser literalmente algo externo, a ser vencido e dominado. Ao legitimar a dominação da natureza, o homem passou a legitimar sua própria dominação pelo sistema, sem questionar o significado da natureza para a sua própria existência.

Hoje, as práticas dessa dominação fazem os problemas ambientais assumirem destaque, em vistas do grau de degradação existente. A situação obriga o sistema a ir aos poucos abandonando a ideologia da natureza hostil, pronta a ser dominada e utilizada intensivamente. Caseti (1993, p.05), a esse respeito enfatiza:

“A ruptura com a natureza “hostil” e a proposta de uma natureza “virtuosa”, poética, atenua o confronto “ideológico”, sem contudo resolver a questão ambiental na sua essência, uma vez que também a “nova” postura tem por objetivo continuar legitimando a apropriação da natureza, nos moldes até então considerados”.

Na essência, a apropriação da natureza continua a existir, assim como os problemas ambientais reproduzidos. Esse quase romantismo que agora reveste as questões ligadas à natureza, leva os movimentos sociais e a política externa a influenciarem na adoção de medidas legais para conter a degradação, medidas que frequentemente não são aplicadas com o devido rigor.

Parafrazeando o difundido conceito de desenvolvimento sustentável, resta-nos saber até que ponto as práticas orientadas pelo discurso ideológico de natureza “virtuosa”, são capazes de atender às necessidades (de consumo) das gerações atuais sem comprometer as necessidades (talvez apenas de sobrevivência) das gerações futuras. Assim vão ocorrendo mudanças gradativas nas formas de dominação e apropriação da natureza. Modificam-se os meios para alcançar o mesmo fim de subtrair da natureza os recursos indispensáveis à manutenção do capitalismo global.

Em todo o mundo, as grandes cidades são exemplo de crise múltipla: ambiental, econômica e social. Sobre isso, Jurandyr Ross (2003, p.217) afirma: “O crescimento rápido das cidades não pode ser acompanhado no mesmo ritmo pelo atendimento de infra-estrutura para a melhoria da qualidade de vida.” A questão é bem mais complexa que um simples descompasso entre o ritmo de crescimento das cidades e a capacidade de atendimento dos serviços. A concessão de serviços públicos como metrô e saneamento, com a extensão dos serviços de água e esgoto, geraria empregos e impostos, no entanto faz-se necessário abolir a economia do desperdício e realizar investimentos estruturais, mesmo que eles não tenham reflexos imediatos no PIB, pois este não mede qualidade de vida.

Sabe-se que evitar doenças de forma barata, investindo em saneamento não eleva esses índices, e, em contrapartida, aquece muito mais a economia a movimentação do setor farmacológico e da prestação de serviços médicos e laboratoriais privados, por exemplo. A verdade é que alegar que não há dinheiro para investir em ações que economizariam dinheiro é absurdo, porém uma realidade. Temos assim, uma mentalidade política que nega os benefícios da redistribuição de renda, e condena a imensa massa pobre a permanecer nas condições em que vive. É o mecanismo da injustiça ambiental, definida por Jean-Pierre Leroy e Tânia Pacheco (2006, p.52) como:

“O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.”

Não se pode afirmar que as desigualdades são apenas sociais, ou talvez seja possível afirmar que a dimensão do que se concebe como social extrapola os velhos conceitos e abrange aspectos novos, que envolvem também o ambiental. Leroy e Pacheco (2006) são felizes ao demonstrar o quanto os problemas ambientais e as desigualdades econômicas são questões intrínsecas, e o quanto convergem entre si. Além de alertar para o fato de que quem paga a conta, seja ela intitulada de econômica, social, ambiental ou qualquer outro termo são sempre os mais pobres.

4 A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUAS MANIFESTAÇÕES NO ESPAÇO URBANO

A cidade é um locus privilegiado para a manifestação e generalização dos problemas ambientais, e são inúmeros os problemas. O surgimento da produção industrial, a explosão populacional e a migração campo-cidade, sem dúvida geraram pressão sobre o ambiente. No século XX, houve redução da capacidade de absorção de gases e um grande aumento da capacidade de emissão dos mesmos. A cidade se torna uma expressão da generalização das trocas comerciais e do consumo na sociedade industrial. Spósito (2003, p.295) expressa isso da seguinte forma:

“O processo de urbanização no mundo contemporâneo, expressão da acentuação dos papéis urbanos sob o industrialismo e de novas formas de produção e consumo da e na cidade, tem provocado o aprofundamento das contradições entre o ambiental e o social nos espaços urbanos.”

A velocidade e a dinâmica do mundo contemporâneo tem aprofundado as contradições entre os aspectos sociais e ambientais no espaço urbano. A cidade se mostra como resultado da capacidade de que a sociedade se dotou de transformar o espaço natural, entretanto, mesmo dotado de tal capacidade, o homem permanece sendo parte desse espaço, estando submetido às dinâmicas e processos da natureza. Dessa forma, aspectos como a vegetação e os fatores climáticos imprimem a incapacidade da natureza de se adequar à velocidade da dinâmica social, manifestando-se nos problemas ambientais urbanos.

A visão antropocêntrica de mundo definiu as relações homem-natureza, pois colocando o homem no centro, legitimou a natureza como bem disponível aos homens. Ao estimular a sobreposição da razão ao espírito, o capitalismo contribuiu para acentuar essa visão. Daí surgiu a idéia de cidade como a não-natureza, ou seja, o urbano não é visto como natural, embora o seja. Com base nessa ideologia foi construída uma teia de relações que se materializa no espaço urbano, construído segundo os padrões da sociedade capitalista.

Toda a estrutura da cidade é construída para atender à reprodução capitalista. A referência aqui é feita não somente à estrutura física, mas também social, apesar do hábito de caracterizar-se a própria cidade segundo sua estrutura física, sendo ela apenas uma representação social. Amélia Damiani (1999, p.119) exemplifica isso afirmando que: “O desenvolvimento das forças produtivas sociais no âmbito da reprodução do capital social, viabilizaria de forma ampla, a acumulação de capitais, como, por exemplo, o investimento em transportes, para maior circulação de mercadorias.” Vê-se que toda a dinâmica de construção do espaço urbano atende a interesses do capital.

A construção desse espaço é um processo contraditório, pois todos são agentes, mas apenas alguns se beneficiam. Desse processo resultam a segregação social, e, conseqüentemente a espacial, implicando em uma relação que se estabelece segundo a premissa de que quanto maior a cidade, maior o consumo/lucro. As metrópoles exemplificam isso, pois são sinônimos de grande fluxo de riqueza, pessoas, mercadorias e serviços, onde diversos agentes participam, contudo, apenas um restrito grupo usufrui de seus benefícios.

Diversas contradições permeiam o processo de produção das cidades, pois a forma como o capital se organiza, impõe o consumo do espaço e agrava a qualidade de vida. Reflexo disso é o valor de mercado do próprio espaço urbano. O preço da terra obriga a população mais pobre das cidades a ocuparem áreas que, para serem edificadas, demandam custos maiores. Em contrapartida, os grupos mais poderosos se apropriam dos melhores terrenos.

O trabalho monográfico realizado por Sousa (2001, p.36) retrata com propriedade esta dinâmica: “As ações dos grupos dominantes aliadas à intervenção estatal manifestam com clareza o desejo de submeter o espaço ao universo da troca.”

Ironicamente, os moradores pobres são acusados de comprometer a qualidade ambiental da cidade, por habitarem em locais impróprios e que em tese, deveriam ser áreas de preservação, quando na verdade, essa população vive em tais lugares não por opção, mas por falta dela. Permanece vítima de uma infra-estrutura regulada pelo mercado, e que nos raros momentos que os contempla, o faz em situações emergenciais ou apenas para a redução de riscos.

De forma geral, as concepções e medidas sugeridas para atenuar os problemas ambientais urbanos tem sido pautadas no planejamento, que surge como proposta no sentido de equacionar essa problemática de complexa abrangência. Trata-se dessa abordagem o próximo tópico.

4.1 Problemática ambiental urbana: a falta que faz o planejamento

Por terem se tornado usuais, há inicialmente uma necessidade de fazer distinção entre os termos concebidos por gestão, e por planejamento. O termo gestão, geralmente aparece revestido de uma conotação mais democrática, sugerindo consenso, enquanto o planejamento aparece como algo mais fechado, pré-determinado, imposto. Provavelmente por isso, aquele tem sido mais usado que este, sobretudo em ações governamentais, tornando comuns termos como “gestão participativa” e “gestão democrática”. Não raro, pode haver ainda oposição entre especialistas, uns em defesa da gestão, outros em defesa do planejamento.

Não aprofundando etimologicamente, mas apenas tentando uma elucidação antes de adentrar especificamente no tema urbano, é esclarecedora a colocação de Marcelo Lopes de Souza (2002, p.46) sobre o tema, ao afirmar que: “Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por tabela, por se referir a diferentes tipos de atividade.”

O planejamento, portanto, remete-se ao futuro, busca prever o desenrolar de fenômenos, preparando-se para eles. Já a gestão é agir visando presente, utilizar os recursos que se têm disponíveis para atender a necessidades imediatas. No entanto, sem as condições ferramentas pré-existentes para atender a tais necessidades, pouco se pode fazer. A quem caberia então, criar essas condições? Ao planejamento. Portanto, o ideal é que haja o planejamento como preparação para a futura gestão, sem entretanto, desconsiderar uma gesta no presente.

A esse respeito, Souza (idem) é conclusivo ao afirmar que: “Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares.” A partir dessa análise, conclui-se que é imprescindível o planejamento.

Em se tratando das questões urbanas, a complexidade e a diversidade de agentes ferem diretamente um aspecto do planejamento: a previsão. Em fenômenos carregados de significados e repletos de entrelinhas como são os que se dão no cenário urbano, é difícil trabalhar com previsões, pois há uma infinidade de variantes. Faz-se necessário criar simulações flexíveis, além de mecanismos de reação a imprevistos.

De início, pareceu simples fazer o planejamento. Era só prever, criar situações futuras e preparar-se para elas. No entanto, diante dos vínculos complexos entre as relações sociais, torna-se desafiadora e arriscada essa tarefa. Porém o mesmo aspecto torna mesmo temerário pensar em um futuro sem qualquer planejamento. Planejar é, pois necessário, porém arriscado.

Quando se fala em planejar a cidade, remete-se imediatamente ao Estado, no entanto ele se constitui em apenas um agente envolvido no processo. Se a cidade é de todos e deve ser boa para todos, não deve caber somente ao Estado o seu planejamento. Faz-se necessário desmistificar e democratizar o planejamento, para que ele não se limite a atribuição de papéis especiais a algumas instituições. É uma necessidade econômica e política adotar modelos menos centralizadores.

Não é fácil promover uma representatividade real e justa, que contemple de forma igual todos os segmentos sociais presentes na cidade, entretanto a eficácia do planejamento urbano depende disso. Nesse sentido, democratizar a ação coordenadora do Estado é uma alternativa crítica à submissão ao capital, uma forma de promover a autonomia de cada cidadão, contrapondo-se ao paternalismo.

Contrário ao paternalismo, Souza (2006, p.69) refere-se à metáfora da família, afirmando que: “A metáfora da família é, nesse ponto inicial, útil, pois que o povo é, usualmente, comparado ao tomado implicitamente como comparável a crianças que precisam de um pai – o Estado.” Para atender a essa concepção, enquadram-se na categoria de povo, as camadas menos abastadas da sociedade, subtendendo-se que os ricos já são “bem grandinhos” e podem tomar conta de si mesmos. São idéias que estão arraigadas no pensamento

coletivo, e que permitem a aplicação de políticas assistencialistas, muitas vezes apenas eleitoreiras, que ao invés de ensinar a pescar, condicionam o “povo” apenas a receber o peixe.

Camuflando essa manipulação, cria-se frequentemente uma falsa idéia de autonomia e democracia, onde surgem projetos de planejamento em períodos estrategicamente cronometrados. Neles a população é ouvida e algumas ações são superficialmente realizadas, no intuito de mostrar que o povo está sendo atendido e tem participação no planejamento urbano.

No entanto, voltando-se para a realidade, o cotidiano dessas pessoas continua o mesmo, assim como sua qualidade de vida. Contraditória essa liberdade que dá voz ativa ao “povo”, mas não transforma sua realidade. A respeito disso, Souza (2006, p.71) afirma que: “A liberdade e a qualidade de vida privadas do indivíduo são inseparáveis da liberdade de que se pode gozar na esfera pública.” Não é aqui a intenção discutir a representatividade política do país, no entanto, é fundamental que haja uma compreensão clara de que, nossa sociedade não será verdadeiramente autônoma e democrática, enquanto o poder for traduzido pelo governo de uma minoria sobre a maioria, ainda que implícita.

No Brasil, o processo de industrialização foi seguido por uma urbanização acelerada. No curso desse processo, reflexo das políticas desenvolvimentistas então vigentes, regras de proteção ao meio ambiente e ao cidadão foram desrespeitadas ou mesmo desconsideradas. Nas metrópoles com grande concentração industrial, crescem os problemas de degradação ambiental, trânsito, enchentes, favelização e edificações em áreas inundáveis, de risco e carentes em saneamento. Como centros de produção, essas cidades apresentam suas indústrias localizadas em áreas restritas, trazendo diversos problemas a seus habitantes, provocados pelos elevados índices de poluição que apresentam. Todas essas questões revelam a necessidade e a importância do planejamento ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a desigualdade se constitui em um problema que, ao lado da destruição do meio ambiente, requer concentração de amplos esforços na implementação de políticas de combate à pobreza e de resgate do equilíbrio ecológico.

O advento da Revolução Industrial e a posterior expansão da urbanização, revelaram o ambiente das cidades como uma materialização das contradições. A alternativa tem sido o planejamento ambiental urbano, no entanto, mesmo ele precisa ser esvaziado de uma lógica capitalista e pouco democrática. A mesma lógica que produziu os problemas, aos quais ele surge destinado a mitigar.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS (org.); Amália Inês Geraiges. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CASSETI, Valter. **Ciência e ambiente**. In: Boletim Goiano de Geografia. Vol. 13 nº. 1. Goiânia: Editora UFG, 1993.

DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (org.). **O espaço no fim de século – a nova realidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 3 ed.– São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória- Ed. Revista e modificada pelo autor. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PEREIRA, Gislene. **Desenvolvimento e meio ambiente: cidade e ambiente urbano**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

ROSS, Jurandyr. **Geografia do Brasil**. 4. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. **A Revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas**. s.l., Ed. Marco zero, 1992.

SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Correia (org.). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997.

SOUSA, Jailson de Macedo. **O estudo do cotidiano e a segregação espacial na região da beira-rio**. Imperatriz, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.